A CATEGORIA NACIONAL-POPULAR EM ANÁLISE

Havana Maria Ribeiro Alves[1]

RESUMO
O presente artigo, de teor fundamentalmente teórico, objetiva compreender a relação entre o pensamento gramsciano e a categoria nacional-popular. Para tanto, analisa a cisão entre intelectuais e massas bem como investiga de que forma o marxismo de Mariátegui evoca a preocupação gramsciana com a construção de uma vontade coletiva nacional-popular. Esse artigo, de natureza qualitativa, apresenta duas partes inter-relacionadas expostas em forma de itens e realizou-se mediante pesquisa bibliográfica, consistindo na exposição dos pressupostos analíticos que subsidiam a apreensão do problema de pesquisa.

Palavras-chave: nacional-popular; vontade coletiva; intelectuais, massas.

ABSTRACT
This article, which is fundamentally theoretical, aims to understand the relationship between Gramscian thought and the national-popular category. To this end, it analyzes the split between intellectuals and the masses, as well as investigating how Mariátegui's Marxism evokes Gramscian preoccupation with the construction of a national-popular collective will. This article, of a qualitative nature, presents two interrelated parts exposed in the form of items and was carried out through bibliographic research, consisting of the exposition of the analytical assumptions that support the apprehension of the research problem.

Keywords: national-popular; collective will; intellectuals, masses.

[1] Universidade Federal de Santa Catarina; Graduada e mestre me Serviço Social. Doutoranda em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina; <havana.ribeiroo@gmail.com>

1 INTRODUÇÃO

O nacional popular é uma categoria fundamental no pensamento de Antônio Gramsci, considerada uma encruzilhada para a qual confluem conceitos fundamentais da obra deste pensador, como o conceito de hegemonia[2]. Partindo dessa premissa, as reflexões que direcionam este estudo buscam compreender a categoria nacional popular a partir da perspectiva gramsciana, bem como de que forma se deu a sua repercussão no pensamento latino-americano.

As principais inquietações que perpassaram o estudo são: qual a relação entre o pensamento gramsciano e a categoria nacional-popular? De que forma a categoria nacional popular se relaciona com o pensamento político latino-americano? Qual a importância da obra de Mariátegui nesse contexto? Essas indagações refletem preocupações teóricas, políticas e ideológicas que permeiam o processo de produção de conhecimento.

A resposta aos questionamentos anteriormente apresentados deu-se a partir do seguinte objetivo: compreender a relação entre o pensamento gramsciano e a categoria nacional-popular. Desse objetivo, desdobram-se, especificamente, outros dois; são eles: analisar a cisão entre intelectuais e massas; investigar de que forma o marxismo de Mariátegui evoca a preocupação gramsciana com a construção de uma vontade coletiva nacional-popular.

Nesse sentido, de maneira a responder a nosso problema de pesquisa e contemplar os objetivos propostos, definiu-se a utilização do método dialético, que pressupõe uma revisão e uma reflexão crítica de toda interpretação pré-existente

[2] "O conceito de hegemonia em Gramsci é uma importante contribuição para a ampliação da teoria marxista. Para o autor dos *Cadernos de cárcere*, o termo indica mais do que um processo de liderança política. (ALENCAR, 2017, p. 188). (...) "hegemonia: [...] representa a transformação, a construção de uma nova sociedade, de uma nova estrutura econômica, de uma nova organização política e também de uma nova orientação ideológica e cultural. Como tal, ela não tem consequências apenas no nível material da economia ou no nível da política, mas no nível da moral, do conhecimento, da 'filosofia' (GRUPPI *apud* ALENCAR, 2017, p. 188).

sobre o objeto de estudo. Como procedimento metodológico utilizou-se a pesquisa bibliográfica[3].

O artigo divide-se em dois momentos inter-relacionados, expostos nos seguintes itens: (1) considerações acerca da categoria nacional-popular; (2) o nacional popular e a américa latina. Vamos a eles!

2 CONSIDERAÇÕES ACERCA DA CATEGORIA NACIONAL-POPULAR

Na introdução deste artigo partimos da premissa que a articulação do pensamento gramsciano à categoria nacional popular desempenha um papel central, a ponto de ser considerada como uma encruzilhada para o qual conflui conceitos fundamentais como o da *hegemonia*. (PORTANTIERO, 1988). A centralidade que a categoria nacional-popular assume no pensamento de Gramsci consolida-se à medida em que remete à questão da relação entre intelectuais e povo, bem como às consequências no tocante a constituição da nação e da transição socialista.

Nesse sentido, o presente item busca compreender a articulação entre pensamento gramsciano e a categoria nacional-popular. Para tanto, primordialmente, situa a separação entre intelectuais e massas, como elemento central para a compreensão dessa categoria.

Cabe, desde logo, um registro elementar:

> Gramsci articula a categoria do nacional-popular a partir de circunstâncias histórico-concretas, isto é: articula essa categoria vinculando-a ao processo de instauração de uma vontade coletiva responsável pela consolidação de um novo bloco histórico; tomando por base elementos afeitos ao processo de desenvolvimento histórico da Itália, ou seja, as peculiaridades assumidas pelo processo de hegemonia burguesa nesse país. (ALENCAR, 2017, p.190)

[3] Gil (1987) classifica pesquisa bibliográfica como um tipo de pesquisa “desenvolvido a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. (1987, p. 71), ou seja, materiais submetidos tratamento e revisões.

A categoria do nacional-popular desenvolve-se à luz das condições do desenvolvimento histórico italiano, “expressando a articulação de um processo de contra-hegemonia a hegemonia burguesa”. Esse processo configura-se, ao fim e ao cabo, numa relação de oposição ao nacionalismo fascista, “à sua forma de apropriação do passado histórico nacional” que, nesse sentido, a partir de uma perspectiva gramsciana, deve ser recuperado numa perspectiva popular. (PORTANTIERO, 1988).

Na principal obra de Antônio Gramsci, *Cadernos do Cárcere,* a categoria nacional-popular relaciona-se diretamente à percepção deste autor acerca da

> forma desarticulada assumida pelo desenvolvimento histórico italiano do qual uma das manifestações seria a ‘função cosmopolita’ cumprida pelos intelectuais a partir da ausência de um processo de ‘reforma intelectual e moral’ capaz de superar o divórcio entre elites e povo-nação. (PORTANTIERO, 1988, p. 47)

Em resumidas contas, a categoria nacional-popular, em Gramsci, relaciona-se com o seu estudo acerca da evolução histórica italiana e da ausência de uma revolução popular capaz de ultrapassar a separação entre elites e povo nação. Assim,

> Se a formação do Estado Moderno na Itália foi o resultado de um processo de revolução passiva foi porque a subversão esporádica, elementar, desorganizada das massas populares, que havia obrigado as classes dominantes assumirem em parte suas exigências, não encontrou nas classes subalternas um caminho organizativo em condições de impulsionar uma iniciativa popular unitária. E a ausência de um movimento político e social que cumprisse esta finalidade vincula-se essencialmente, segundo a análise de Gramsci, à função cosmopolita desempenhada pelos intelectuais italianos, ‘que estão distantes do povo, quer dizer, da nação, e que, ao contrário, encontram-se ligados a uma tradição de casta que nunca foi quebrada por um forte movimento político nacional-popular vindo de baixo’. (ARICÓ, 1998, p 20).

Entende-se, dessa forma, o motivo pelo qual na conceituação gramsciana:

> (...) o rechaço da revolução passiva como "programa" supõe uma exploração de signo contrário: um cuidadoso reconhecimento de caráter nacional que permita determinar a existência presente ou futura de ‘uma antítese vigorosa e que ponha em ação todas suas possibilidades de explicação intransigentemente’. (ARICÓ, 1998, p 20).

Essa relação cindida entre intelectuais e povo-nação, ou se quisermos, entre intelectuais e massas, é central para a compreensão da categoria nacional-popular. Portantiero (1988, *apud* Gramsci) expõe que em alguns idiomas os termos “nacional” e “popular” têm significados semelhantes. Contudo, na Itália, o termo “nacional” tem o significado muito restrito e não se confunde com “popular” dado a distância em que os intelectuais estão do povo (ou seja, da nação). Por intelectuais, deve-se entender:

> todo o estrato social que exerce funções organizativas em sentido lato, seja no campo da produção, seja no da cultura e no político-administrativo. Para analisar a função político-social dos intelectuais, é preciso investigar e examinar sua atitude psicológica em relação às classes fundamentais que eles põem em contato nos diversos campos: têm uma atitude “paternalista” para com as classes instrumentais ou se consideram uma expressão orgânica destas classes? Têm uma atitude “servil” para com as classes dirigentes ou se consideram, eles próprios, dirigentes, parte integrante das classes dirigentes? (GRAMSCI, 2001, v. 5, p. 93)

Decerto que a definição de *intelectual* anteriormente apresentada deve ser compreendida no seio do desenvolvimento histórico italiano, exercendo, nesse sentido, um papel elementar na relação entre as classes fundamentais e o Estado.

Em *cadernos do cárcere,* Gramsci discorre sobre o papel de destaque dos intelectuais na “reforma intelectual e moral”, afirmando que estes possuem um destaque na organização da concepção de mundo, por vezes esfacelada, das classes subordinadas. No entender deste autor:

> (...) uma massa humana não se ‘distingue’ e não se torna independente ‘para si’ sem organizar-se (em sentido lato); e não existe organização sem intelectuais, isto é, sem organizadores e dirigentes, ou seja, sem que o aspecto teórico da ligação teoria-prática se distinga concretamente em um estrato de pessoas ‘especializadas’ na elaboração conceitual e filosófica. Mas esse processo de criação dos intelectuais é longo, difícil, cheio de contradições, de avanços e de recuos. (GRAMSCI, 2001, v1, p. 104).

Conhecido o papel de destaque desses intelectuais, cabe sublinhar que cada classe tende a criar seus intelectuais orgânicos para demarcar sua posição de classe, nesse sentido:

> cada grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão

> homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político. (GRAMSCI, 2001, p 15)

Pelo exposto, percebe-se que o processo de formação dos intelectuais é dinâmico – pode avançar ou retroceder. A vista disso, dado a possibilidade de recuo de consciência na relação entre intelectuais e massas, Gramsci destaca a importância dos partidos políticos no tocante à "(...) elaboração e difusão das concepções do mundo, na medida em que elaboram essencialmente a ética e a política adequadas a elas, isto é, em que funcionam quase como 'experimentadores' históricos de tais concepções" (GRAMSCI, 2001, v1, p. 105).

No entender de Gramsci (*apud* Portantiero, 1988) o partido político revolucionário é o único sujeito capaz de criar uma vontade coletiva como protagonista de um efetivo drama histórico. Essa vontade coletiva expressa o nacional popular: o processo de constituição das classes como sujeitos de ação histórica.

A compreensão do papel dos intelectuais é importante uma vez que, para a realização da vontade coletiva nacional-popular "é necessária a instauração de algumas condições políticas e culturais nas quais o partido político e os intelectuais assumem um papel primordial no forjamento destas premissas básicas". (ALENCAR, 2017, p 187)

Como se verifica, a explicitação da vontade coletiva nacional-popular pressupõe o surgimento de determinadas condições e ações efetivas no sentido de realizá-las. Nesse sentido configura-se, ao fim e ao cabo, a efetivação de uma transformação histórica.

Isto posto, acrescenta-se que a referida dissociação entre povo e intelectual é a chave da ausência do caráter nacional-popular da cultura italiana[4]. Nesse sentido, para Gramsci (2001), a tarefa do partido é constituir o nexo entre intelectuais e massa, haja vista que, conforme já anunciado, constitui-se em ponto elementar para a compreensão da categoria nacional-popular.

---

[4] Acerca desse aspecto Alencar (2017, p 191) argumenta que "no caso italiano, a forma de consolidação do capitalismo e o processo de unificação do Estado italiano levaram a uma condição histórica de completa ausência de uma verdadeira reforma intelectual e moral, capaz de ensejar uma cultura nacional-popular. Consequentemente, o que predominou foi uma relação de superioridade e afastamento entre os intelectuais e o povo-nação".

O autor dos *Cadernos do cárcere* preocupa-se quanto à tendência de que os aspectos nacionais da cultura sejam transformados em monopólio exclusivo das classes dominantes. No seu entender, o desafio é o resgate do nacional não na direção de uma perspectiva "nacionalista abstrata", própria da hegemonia burguesa sob o fascismo italiano, mas, o passado nacional deve vir prenhe de consciência popular, representando os anseios, as ideias e os sentimentos do povo. (ALENCAR *apud* GRAMSCI, 2017).

Pelo referencial teórico exposto, é possível inferir que o nacional popular recusa a oposição entre intelectuais e povo, vinculando-se ao processo de instauração de uma vontade coletiva nacional-popular. Desse modo, o item que se segue busca concatenar elementos para compreender de que modo a construção gramsciana acerca da categoria nacional popular ressoa na América Latina.

3 O NACIONAL POPULAR E A AMÉRICA LATINA

Sabe-se que tradução política da interpretação da história italiana remete a um problema metodológico e teórico mais geral: o das condições para transformação social em situações de capitalismo atrasado, nas quais a unificação nacional foi tardia ou incompleta e a constituição do Estado Liberal de direito foi produto da revolução feita de cima. *São essas ligações que explicam a ressonância que a categoria nacional popular pode ter no pensamento político latino-americano*. (PORTANTIERO, 1988, grifo nosso).

No entender do autor supracitado, a história das relações entre o nacional-popular e o socialismo conheceu formas acidentadas na América Latina, tanto na prática quanto na teoria. Diferente da forma em que a teoria política europeia imaginava o desenvolvimento dos estados nacionais, na América Latina aparecia um processo de sinal trocado: *transformações de cima para baixo.*

Aponta-se, e com razão, as dificuldades de Marx no tocante à elaboração de uma análise acerca das particularidades da América Latina[5]. Essas dificuldades analíticas, por sua vez, são transmitidas ao socialismo já organizado como movimento político, assim como perpassam a II e III Internacional.

Os socialismos clássicos ligados à tradição das internacionais, na esteira do pensamento de Portantiero (1988), não foram capazes de elaborar um projeto hegemônico ou de avançar problemáticas que pudessem colaborar nessa direção, dentre as exceções o autor destaca os seguintes momentos históricos: **(a)** Juan Justo e da tradição do partido socialista da Argentina até começo da década de 1940[6]; **(b)** O de Recabarren e da tradição obreirista do comunismo chileno[7]; **(c)** O da obra de Mariátegui.

O primeiro e o terceiro momento histórico, julga o autor, são os mais importantes, porém foram vencidos ou relegados por outra convocatória nacional-popular: os populismos. Em suas palavras:

> Penso que o primeiro e o terceiro (a despeito das óbvias diferenças existentes entre eles) são os teoricamente mais significativos. Ambos foram, no entanto, vencidos ou relegados por outra convocatória nacional-popular: a dos populismos, encarnados em Yrigoyen primeiro e Péron depois para o

[5] Sobre esse aspecto recomendamos a leitura do livro “Marx e a América Latina”, autoria de José Aricó. (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982).

[6] Sobre esse aspecto, o autor destaca que Juan Justo assinala o nível mais profundo de articulação entre a II Internacional e a América Latina, não só pelo êxito na organização de um poderoso partido, mas também pela tentativa de pensar teoricamente um programa socialista para a realidade da Argentina e eventualmente para outros países que compartilhavam o caráter de colônia. Nesse sentido, o socialismo de Justo buscou se constituir como uma contra-sociedade baseada numa cultura operária na qual a classe dos proletários não era vista apenas como produtora, mas também como consumidora, condição que radicava sua possibilidade de articulação com outros grupos subalternos. O mundo contra-hegemônico do justismo era um mundo de cooperativas, de bibliotecas que deveriam conter todas as possibilidades libertadoras de uma sociedade laica frente ao Estado. No entanto, essa maneira de entender a relação entre política e massas não foi capaz de projetar uma vontade nacional-popular. O justismo não pode superar o desencontro entre um plano de lutas cotidianas por reformas e um outro, aberto para o futuro, no qual o socialismo aparecia. (PORTANTIERO, 1988, p 53-54)

[7] Recabarren marca as origens da esquerda chilena. A principal característica dessa esquerda chilena é: corporativismo de classe como componente essencial da presença do socialismo. O obreirismo tem suas origens históricas explicadas pela particular conformação histórica da classe operária chilena como “massa isolada”. Trará como resultado, no entanto, a constituição da mais poderosa relação entre trabalhadores e cultura socialista no continente. Essa constituição da classe operária chilena se transforma numa barreira contra a penetração do populismo, impulsionando a presença de trabalhadores em várias tentativas frentistas entre 1938 e a eleição de Allende na tentativa de criação de novos equilíbrios políticos no Estado. (PORTANTIERO, 1988, p 55)

> socialismo argentino; em Haya de la Torre para Mariátegui. (PORTANTIERO, p 53)

Sabe-se que os populismos na América Latina são guiados por um princípio norteador diametricamente oposto aos dos socialismos, de modo que sua relação como eles foi e é de ruptura e não de continuidade. Nesse sentido temos que:

> Como forma de organização e como novo ordenamento estatal (nos casos em que chegaram a se constituir como tais), os populismos colocaram a elaboração das políticas de massa num plano endógeno, recuperando assim uma memória coletiva capaz de fundir, como mito, demandas de classe, demandas de nação e demandas de cidadania, num único movimento que recolhia a herança paternalista e caudilhista da concepção tradicional de política. **O êxito dos populismos (e por conseguinte o fracasso dos socialismos) foi a capacidade que revelaram de elaborar "desde cima" o nacional popular, fundindo cultura de massas com política moderna**. (PORTATIERO, 1988, p. 58, grifo nosso).

À vista disso, compreende-se a importância da obra do peruano José Carlos Mariátegui, um dos principais marxistas latino-americano. Mariátegui compreende e apresenta o marxismo à luz da realidade latino-americana, interpretando a consolidação do capitalismo no Peru e no restante da América Latina. Sua obra mais conhecida, *Os sete ensaios de interpretação da realidade peruana*, publicada em 1928, é a primeira obra de análise da formação econômico-social latino-americana, com ênfase no estudo do seu país, o Peru.

Noutras palavras: o objeto de estudo de Mariátegui consistiu na análise da realidade latino-americana, a partir da compreensão dos elementos essenciais da sua história e não a partir de modelos exógenos. Contudo, Mariátegui percebia tais elementos como produto do processo de colonização pelo qual o seu país passou, o que lhe colocava em articulação com a formação capitalista mundial (ARICÓ, 1978). Na esteira desse processo desenvolve em seus estudos formulações importantes, tais como: a questão do índio, da terra, e da raça. Sobreleva-se, portanto, pela centralidade no trato à questão indígena, ao colonialismo, ao anti-imperialismo e por expressar empenhos teóricos para a compreensão da economia, política e cultura presentes no território peruano.

Pelo exposto, Portantiero (1988) afirma que na obra de Mariátegui aparece, pela primeira vez, nos socialismo latino-americano um projeto de constituição de uma vontade coletiva nacional-popular. Ademais, destaca-se o mérito teórico de Mariátegui em tentar elaborar uma perspectiva socialista inclusiva do mundo rural, uma vez que as experiências do socialismo na Argentina e no Chile foram marcados por problemas predominantemente urbanos.

Portantiero (1988) destaca que as proposições de Mariategui ficam no meio do caminho pela sua prematura morte, em 1930, e pelo bloqueio que a III Internacional fez a elas durante a década citada.

Neste sentido, apesar de Mariategui não debater diretamente com os principais textos divulgados no contexto da Revolução Russa, na formulação e efetivação da sua política para o Peru, no decorrer da década de 1920, defende perspectivas radicalmente distintas das perspectivas defendidas e impostas pela III internacional, a exemplo do cumprimento da etapa da revolução burguesa para passar à etapa seguinte (a etapa da revolução socialista). Defendia que o trânsito por uma etapa burguesa não desencadearia na construção da nação e, por isso, advogava que o Peru estivesse no caminho imediato para o socialismo.

Para Mariátegui, a transformação da sociedade peruana para socialista, sem transições, seria o que possibilitaria a efetiva construção da nação. Em torno dessa concepção é que Mariátegui fundamentava a defesa da nação peruana.

A exclusão do índio, nos limites do capitalismo peruano, configurava-se como um dos pontos principais que caracterizava a incompletude da nação peruana. Tal exclusão só seria superada num sistema socialista, um socialismo “indo-americano”, nos termos do Mariátegui. Esse socialismo tinha de ser arraigado no processo histórico de organização social dos povos originários, pois no seu entender:

> O socialismo não é, certamente, uma doutrina indo-americana. Mas nenhuma doutrina, nenhum sistema contemporâneo não é nem pode sê-lo. E o socialismo, embora tenha nascido na Europa tal como o capitalismo, tampouco é específica ou particularmente europeu. É um movimento mundial, a que não se subtrai nenhum dos países que se movem dentro da órbita da civilização ocidental. Esta civilização conduz, com uma força e com meios de que nenhuma civilização dispôs, à universalidade. A Indo-América, nesta ordem mundial, pode e deve ter individualidade e estilo, mas não uma cultura nem um destino particulares. [...] E o socialismo, afinal, está na tradição

> americana. A mais avançada organização comunista primitiva que a história registra é a inca. Não queremos, certamente, que o socialismo seja na América decalque e cópia. Deve ser criação heróica. Temos de dar vida, com nossa própria realidade, na nossa própria linguagem, ao socialismo indo-americano. (MARIÁTEGUI apud LOWY, 2005, p. 120).

Pelo exposto, sobreleva-se que na obra de Mariátegui aparece, pela primeira vez, no socialismo latino-americano, um projeto de constituição de uma vontade coletiva nacional-popular

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O fio condutor de argumentação do presente artigo perpassa pelo reconhecimento da centralidade da categoria de nacional-popular no pensamento de Gramsci, bem como a articulação desta categoria com outros conceitos fundamentais no pensamento do autor, tal como o conceito de hegemonia – o qual, conforme apresentamos, articula-se ao seu discurso acerca do nacional popular.

Em resumidas contas, o nacional-popular é essencialmente um modo de articulação entre os intelectuais e o povo. Consiste, portanto, na categoria fundante da possibilidade de mudança histórica, uma vez que remete ao problema geral das relações entre intelectuais e povo, bem como frente às consequências em termos da constituição da nação e da transformação socialista.

A vista disso, este artigo se contribui na tentativa de apresentar a categoria do nacional-popular a partir de circunstâncias histórico-concretas, vinculando-a ao processo de instauração de uma vontade coletiva nacional-popular.

Com base na literatura referenciada, verifica-se que o marxismo de Mariátegui, exposto em sua obra, evoca no cenário latino-americano a preocupação gramsciana com a construção de uma vontade coletiva nacional-popular.

REFERÊNCIAS

ARICÓ, José. O marxismo latino-americano nos anos da Terceira Internacional. In: HOBSBAWN, Eric (org). História do marxismo – volume VIII. 2ª d. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989.

_____. O itinerário de gramsci na América Latina. In: Revista Estudos de Sociologia, n. 05, 1988.

ALENCAR, Mônica de. *Gramsci e a perspectiva nacional-popular no âmbito da Cultura.* O Social em Questão - Ano XX - nº 39 - Set a Dez/2017

COUTINHO, C. N. *Gramsci:* um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

_____. *Cultura e Sociedade no Brasil*: ensaios sobre ideias e formas. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

ESCORSIM, Leila. *Mariátegui: vida e obra.* São Paulo: Expressão Popular, 2006.

GRAMSCI, A. Cadernos do cárcere. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. v. 1

Os Intelectuais e a Organização da Cultura. 6 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

_____. *Concepção Dialética da História*. 6 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

GRUPPI, L. *O Conceito de Hegemonia em Gramsci*. 3 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1991.

LÖWY, Michael. Por um socialismo indo-americano. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.

MARIÁTEGUI, José Carlos. Sete ensaios de interpretação da realidade peruana. São Paulo: Expressão Popular, 2010

PORTANTIERO, Juan Carlos. O nacional popular: Gramsci em chave na América Latina. In: COUTINHO, Carlos Nelson; NOGUEIRA, Marco Aurélio (Orgs.). *Gramsci e a América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

POLETTO, Elvis Humberto *O conceito de nação em Mariátegui*. Florianópolis, SC, 2011.